



PIBIC/CNPq/UFCEG-2009

VARIAÇÕES LINGUÍSTICAS NO ROMANCE *DONA GUIDINHA DO POÇO*

Wandson W. Azevedo Souza¹, Aloísio Medeiros Dantas²

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo principal identificar e analisar as questões linguísticas na Literatura Brasileira. Observamos os fatores linguísticos que particularizam o uso da língua por um grupo social, presente na obra de Manuel de Oliveira Paiva. Para nossa análise, utilizamos conceitos de Mikhail Bakhtin (1988), Dominique Maingueneau (2006) e Hudinilson Urbano (2000), linguistas que analisaram a questão da linguagem no âmbito literário. Portanto, nosso trabalho analisa a maneira como a obra literária nos apresenta os fatos linguísticos como resultado de uma enunciação, ou seja, na situação de produção. É exatamente nesse ponto que o romance nos possibilita um *corpus* de análise, já que suas personagens são representações de falantes com características próprias, na sociedade do séc. XIX.

Palavras-chave: Literatura brasileira, enunciação, variações linguísticas

LINGUISTIC VARIATIONS IN THE ROMANCE “DONA GUIDINHA DO POÇO”

ABSTRACT

This work has as main objective to identify and to analyze the linguistic subjects in the Brazilian Literature. We observed the linguistic factors that they particularize the use of the language for a social group, present in the work of Manuel de Oliveira Paiva. For our analysis, we used concepts of Mikhail Bakhtin (1988), Dominique Maingueneau (2006) and Hudinilson Urbano (2000), linguists that analyzed the language in the literary ambit. Therefore, our work analyzes the way that the literary work presents us the linguistic facts as a result of an enunciation, in other words, in the production situation. It is exactly in that point that the romance makes possible us an analysis *corpus*, because your characters are speakers' representations with own characteristics, in the society of the century XIX.

Keywords: Brazilian literature, enunciation, linguistic variations

INTRODUÇÃO

Língua, discurso e literatura

Dizer que a língua é apenas um instrumento que constrói a literatura é não reconhecer o papel da literatura enquanto instituidora da linguagem. Pois, como bem observa Maingueneau (2006): “*longe de ser um ‘ornamento’ contingente, a literatura participa da própria constituição da língua, contribui para lhe conferir qualidade de língua, estatuto de língua*” (opus. cit.; p.197). Qualquer língua tem uma base que a influencia e que serve de modelo para os falantes construírem enunciados “corretamente”. É justamente nessa concepção que a literatura instaura a identidade de uma língua. Segundo Maingueneau (2006) uma instituição literária é condição fundamental para uma língua verdadeira

¹Aluno do Curso de Licenciatura em Letras, Unidade Acadêmica de Letras, UFCEG, Campina Grande, PB, E-mail: wandson.89@hotmail.com

²Licenciatura em Letras, Prof. Doutor, Unidade Acadêmica de Letras, UFCEG, Campina Grande, PB, E-mail: aloisiomd@yahoo.com

No entanto, uma instituição literária não é homogênea, visto que num mesmo período literário pode haver desestabilização da uniformidade dos usos linguísticos. Na literatura brasileira, podemos apontar como exemplo de simultaneidade de usos da língua na mesma época literária o séc. XIX, em que existia Machado de Assis, marcado por seu requinte formal (clareza na escrita) e o próprio Manuel de Oliveira Paiva, que em 1892 já tinha o romance *D. Guidinha do Poço* pronto para publicação, com todas as suas variantes linguísticas que marcam a enunciação de suas personagens (uso linguístico tido como desvio). Assim, surge a questão: *como uma instituição literária, com suas variedades, instaura um padrão de língua?* Esta questão também implica em saber o que viria a ser uma *língua literária*.

A literatura cristaliza determinados usos da língua, de modo que o falante sabe identificar aquela linguagem como sendo uma língua literária. Fatos como as figuras de linguagem, o estilo indireto livre etc., denunciam a natureza literária dos enunciados. Assim, a preservação de usos da língua (caráter diacrônico) serve de modelo para a sincronia de uma época posterior. É nesse sentido que nosso trabalho pretende conduzir os estudos da linguagem romanesca refletem uma imagem construída de um grupo social marginalizado.

MATERIAL E MÉTODOS

1. Citação dos discursos nos textos literários.

A língua sempre foi um objeto complexo de estudo para os linguistas, principalmente quando se tem o objetivo de analisá-la como um todo, na sua enunciação completa. As abordagens estruturalistas, tendo consciência da multiplicidade de fatores que influem na comunicação, recorreram a diversas abstrações para simplificar e sistematizar a língua.

Essa forma sistemática de ver a língua não dá conta da sua totalidade, pois como assinala Bakhtin (1988, p.154): *“É apenas através da enunciação que a língua toma contato com a comunicação, imbuí-se de seu poder vital e torna-se uma realidade”*. Deste modo, encarar a língua como um sistema abstrato de regularidades torna-se um tanto reducionista, já que na realização concreta de fala os condicionantes sociais e econômicos atuam diretamente no ato da comunicação.

É por este viés que pretendemos abordar a linguagem nos discursos literários, preocupando-se com a sua integridade. Essa postura pressupõe uma atenção especial à sintaxe, pois, ainda de acordo com Bakhtin (1988, p.139-140): *“as formas sintáticas são as que mais se aproximam das formas concretas da enunciação, dos atos de fala”*. Vale ressaltar que essa análise sintática difere daquela que encontramos geralmente em gramáticas normativas. Na perspectiva discursiva, a análise sintática não pode ser dissociada de seu contexto de enunciação, da situação em que foi realizada.

No caso do discurso inserido na obra literária, é de suma importância o contexto de narração, aquele que se relaciona com o discurso de outrem. Vários fatores que são esquecidos pela sintaxe tradicional devem ser abordados na perspectiva discursiva, tais como: a entoação, o falante, os condicionantes sociais e econômicos etc. As categorias linguísticas, por si só, não dão conta da linguagem de forma efetiva, pois *“as definições linguísticas não podem ser completamente divorciadas das definições ideológicas”* (op. cit.; p. 140). Portanto, ao analisar o discurso literário, não podemos deixar de recorrer a aspectos sociológicos, que são tão reveladores quanto as formas de organização das palavras.

1.1 Discurso citado

Quando se trata do discurso inserido numa obra literária, temos uma situação singular, pois há um discurso dentro de outro discurso, uma enunciação dentro de outra enunciação. Desta forma, há a apreensão de um discurso por outro sujeito, que não é isento de seu discurso. Há uma relação de palavras com palavras, como afirma Bakhtin (1988, p.145-146): *“a unidade da língua que é realizada na fala não é a enunciação monológica individual e isolada, mas a interação de pelo menos duas enunciações, isto é, o diálogo.”*

Ao inserir os enunciados das personagens na ficção, o autor mantém a correspondência entre a realidade na qual se passa a história e a condição social daquele que fala, de modo que a realidade exterior ao falante seja coerente com o seu linguajar; posto que, além de sua competência linguística, o meio sociocultural é o que determina a sua enunciação. Pois, quando um narrador “escolhe” uma forma de fala para o seu personagem, ele não está selecionando aleatoriamente aquele discurso, tendo em vista que a sociedade:

“ [...] escolhe e gramaticaliza – isto é, associa às estruturas gramaticais da língua – apenas os elementos da apreensão ativa, apreciativa, da enunciação de outrem que são socialmente pertinentes e constantes e que, por consequência, têm seu fundamento na existência econômica de uma comunidade linguística dada” (BAKHTIN, 1988 p. 146)

Na retomada da fala de outrem, o narrador pode preconizar um ou outro aspecto da linguagem, ora pode ser mais objetivo no que o falante quer dizer (valoração semântica), ora pode preconizar o falante, o sujeito, com todas as suas particularidades que o identificam socialmente (valoração expressiva). É claro que estas duas características não se anulam, pois podem unir-se no jogo narrativo do escritor, como é o caso do *discurso indireto livre*.

As formas diretas e indiretas de transmitir os discursos são interpenetráveis; de acordo com Bakhtin (1988) a retomada indireta do discurso torna-se mais propícia para uma tendência analítica do que está sendo falado, assim o narrador terá mais espaço para emitir os seus juízos de valores e seus pontos de vista. Já quando se tem o discurso direto há a instauração de tipos, as falas dos personagens comunicam mais do que elas significam, dizem respeito à sua condição social.

1.2. Discurso relatado

Quando se retoma o discurso de outrem através da citação, o narrador pode comentar ou replicar o que aquele falante em questão está comunicando. Esta posição do narrador em relação a seus personagens é o que caracteriza o *discurso relatado*. Nesta perspectiva, o narrador, geralmente, tem um papel objetivo em relação ao discurso citado.

No entanto, essa objetividade foi sendo posta em xeque em meados do séc. XIX, com bem observa Bakhtin ao se referir aos romances dessa época “*O discurso do narrador é tão individualizado, tão ‘colorido’ e tão desprovido de autoritarismo ideológico como o discurso das personagens*”. (idem, 1988, p. 151). Dessa maneira, a autoridade do narrador não é absoluta, ele não sobrepõe a sua visão de mundo sobre os personagens.

Essa forma de relativismo do narrador em relação à sua obra deu margem para o desenvolvimento de métodos mistos de transmissão do discurso, como o discurso indireto livre. Nesta acepção há uma maior flexibilidade no diálogo entre narrador e personagens, já que ao mesmo tempo em que marca os tipos de fala (expressão), está presente a tendência analítica do discurso indireto. Essa aproximação do discurso direto com o indireto possibilitou métodos como o *discurso direto preparado*. Nesse sentido, o discurso direto emerge do discurso indireto, pois “*como a natureza deste último (indireto) é meio narrativa, meio transmissora da palavra de outrem, ela já prepara a percepção do discurso direto.*” (op. cit.; p. 166)

Bakhtin (1988) ainda nos diz que é preciso sempre considerar todas as particularidades dos fenômenos linguísticos em estudo, principalmente no discurso literário, que, segundo o linguista, é o discurso “*que transmite com muito mais sutileza que os outros (discursos) todas as transformações na interorientação sócio-verbal.*” (idem, p. 153). Ao contrário do discurso retórico, a literatura é livre para relatar as palavras de outrem, sem se preocupar com formalidades que podem afetar a realidade daquele que fala.

1.3 Interlíngua

Como vemos em Maingueneau (2006), não se tem de um lado o conteúdo a ser transmitido e de outro o sistema que vai permitir a transmissão desses conteúdos. Para esse autor, o escritor instaura a língua em que escreve, ele não utiliza apenas a *sua* língua. As contingências históricas seriam determinantes da língua vigente, pois de acordo com o contexto de produção é que o autor posiciona a sua língua. O uso da língua de cada escritor responde ao momento em que ele produz a sua obra, ao universo linguístico a que ele pertence. Um escritor romântico modelava a língua com a sua subjetividade, de acordo com o que a inspiração exigisse; já na época clássica, os autores se apropriavam de um determinado padrão, considerado apropriado àquele gênero, específico da literatura e muitas vezes distante do uso efetivo no cotidiano pelos falantes.

Nessa relação entre o escritor e sua língua se dá a *interlíngua*, ou seja: “*as relações que entretêm, numa dada conjuntura, as variedades da mesma língua, mas também entre essa língua e as outras, passadas ou contemporâneas*” (MAINGUENEAU, 2006, p. 182). Dessa forma, o autor mostra que há um processo dialógico que institui a obra, há uma negociação entre o autor e o código (sistema), o resultado obtido dessa relação acontece de acordo com o universo que a obra instaura.

1.4 Código da linguagem: hipolíngua e hiperlíngua

No tocante ao processo de composição do código da linguagem, Maingueneau diz que “*O confronto criativo do escritor com a interlíngua pode operar-se sem diferença visível, como se a obra, em sua própria enunciação, se destacasse da própria língua que apresenta*”. O linguista mostra que, por mais que exista um sistema compartilhado pelos falantes, uma obra literária não se prende a essa língua e a sua constituição é por si só a construção de sua língua.

Entretanto, a relação de uma língua com outras e com os seus próprios usos é apenas um dos aspectos da construção literária. Há outros fatores que atuam na construção de um discurso literário. Maingueneau cita como exemplos de fatores que atuam na linguagem as *perilínguas*, que por sua vez se subdivide em

duas categorias; segundo o autor existem fatores que estão no limite inferior à língua, que ele chama de **hipolíngua** (ou *infralíngua*) e também os fatores do limite superior a língua: a **hiperlíngua** (ou *supralíngua*).

A hipolíngua é a característica da língua que está próxima do corpo do falante, ou seja, está ligada às expressões que são particulares de quem fala (gestos, interjeições etc.), refletem diretamente a subjetividade do enunciador, os traços que revelam suas emoções, seus sentimentos. Estes aspectos geralmente são conjugados com o plurilinguismo interior, já que ambos refletem usos particulares da língua.

Já a hiperlíngua “*atrai o código de linguagem para o sonho de uma escrita ‘matemática’ com elementos e relações necessárias*” (Maingueneau, 2006, p.193). Portanto, estes aspectos refletem o lado mais racional da linguagem, aquela escrita que é planejada e deseja refletir o mundo objetivamente, para isso, muitas vezes recorrem a esquemas que antecipam a estrutura do que se vai dizer.

Por este viés, podemos notar como o discurso literário, para ser construído, não se limita a uma organização linguística formal, pois recorre-se a elementos que estão além do sistema linguístico em si, para refletir de modo mais verossímil a enunciação de outrem. Pois, tanto a hipolíngua como a hiperlíngua tem como objetivo final o sentido imediato do leitor, a apreensão do que realmente a linguagem está dizendo. Muitos desses sentidos só podem ser apreendidos com base na interação que se instaura entre o autor, a obra e os seus leitores.

1.5 Fatores da enunciação

Além do código linguístico, os fatores da enunciação também entram nesse jogo de variabilidade linguística, sobretudo na fala, Udinilson Urbano (2000, p. 72) nos diz que: “*Actantes, tema e circunstâncias (tempo e lugar) condicionam a produção do ato comunicativo (enunciação), que, por sua vez, condiciona a forma linguística do enunciado produzido*”. Assim, atenta-se para *situação de enunciação* que, junto com o emissor e o receptor, são as bases para a produção da linguagem no ato comunicativo. A relação entre esses elementos produzirá as variabilidades linguísticas, portanto, quanto mais diferenças houver em um ato comunicativo mais isso acarretará na variedade da língua, posto que a gramática de que se utiliza o falante é indissociável da realidade em que ele está inserido.

Deste modo, nota-se uma evolução no modo de ver a linguagem, pois se antes ela era observada apenas como um discurso organizado em torno do emissor ou receptor, agora é relevante apontar os aspectos da enunciação, ou seja, os fatores que possibilitam a interação entre os falantes. De acordo com essa visão centrada na situação comunicativa, Urbano (opus cit., p. 73) nos apresenta três vinculações ao falante, como sujeito ativo no ato linguístico:

a) *A participação de grupos (aspecto sociocultural)*: neste aspecto leva-se em consideração a inserção do falante na sociedade, a sua convivência e sua posição social no mundo. Concorrem para este tópico as profissões, a escolaridade, a faixa etária etc.

b) *A individualidade do sujeito (aspecto individual)*: neste ponto, abstraem-se os aspectos socioculturais e a situação de comunicação para notarmos até que o ponto a linguagem daquele falante diferencia-se do grupo em que ele está inserido socialmente, nas mesmas condições de produção, pois são essas diferenças que irão marcar a sua personalidade enquanto sujeito dotado de criatividade no uso da língua (desempenho linguístico).

c) *O envolvimento na situação concreta de comunicação*: o aspecto situacional diz respeito à postura do falante no ato comunicativo, a relação entre suas ações e os papéis sociais do falante e do ouvinte. Toda a condição de enunciação é marcada por um grau de intimidade, a presença real ou virtual do receptor, a forma como o discurso é recebido (percepção visual ou auditiva: escrita x oralidade) etc. Todos esses fatores determinarão o grau de formalidade do uso da língua, tendo como parâmetros a língua popular e a língua culta.

2. Plurilinguismo

A interlíngua pode ser realizada de acordo com o seu aspecto exterior (uso de uma língua diferente do idioma tido como língua natural do escritor) ou em seu aspecto interior, que é a relação que uma língua mantém com as suas próprias variedades de uso, no universo criado pelo autor na obra. De acordo com Maingueneau (2009, p.182), no plurilinguismo exterior, com a relação de mais de uma língua, a obra não se situa em um lugar original e nem se prende ao recorte de mundo que uma língua específica faz.

2.1 Plurilinguismo exterior

O plurilinguismo exterior pode ser o aspecto que caracteriza uma literatura. Na literatura brasileira, principalmente em épocas anteriores ao séc. XX, por exemplo, temos a presença de citações latinas como uma característica de língua exterior presente em obras de escritores nacionais, que, como é sabido, eram direcionadas para um público elitista. Este fato era comum para a imagem que se tinha da literatura naquele contexto de produção, pois ocorria a valorização da cultura europeia (a língua latina) devido a oposição social existente entre colonizador (letrado, culto) e colonizado (vulgar, condição social inferior etc.). Assim,

percebe-se, que na literatura a distinção entre uma língua materna e uma língua estrangeira não é suficiente para classificar o autor como escritor de uma língua específica.

2.2 Plurilinguismo interior

As relações do escritor com a linguagem não se realizam apenas com línguas diferentes, mas também se dá com as variedades que uma mesma língua dispõe numa comunidade. Essa variedade é ocasionada por fatores que podem ser sociais (classe social, nível de instrução); geográficos (regionalismos, gírias), jargões (médico, jurídico), dentre outros fatores do mundo biossocial que atuam no exercício da linguagem.

Desse modo, o escritor adaptará a linguagem ao mundo romanesco da sua obra, o universo que ele cria para as ações do seu romance. Se a história acontece num ambiente rural, a linguagem dos personagens nesse ambiente logicamente será de acordo com os falares daquela região, portanto, a pessoa utilizará uma variedade da língua que lhe convém, o mesmo vale para outros ambientes (urbanos; técnicos etc.). São essas variedades de uma mesma língua que possibilitam o plurilinguismo interior, de que nos fala Maingueneau (2008, p. 186).

A escolha de um modo de falar para determinado personagem dependerá de como o escritor e a sociedade vê aquele falante, ou seja, a pessoa que fala já dispõe de uma condição social que é prévia à sua oralidade e que determina o autor a conjugar o seu modo de falar com o mundo em que o personagem vive, pois a sociedade já tem uma imagem, um estereótipo das classes sociais, das profissões etc.

3. Língua escrita X Língua falada

A distinção entre discurso falado e discurso escrito não se reduz a diferenças de substâncias gráficas e fônicas. Pois, além disso, a gramática e o léxico também apresentam características próprias quando veiculadas por um desses dois meios. A situação em que se dá o uso da linguagem, seja ela escrita ou falada, não é de menos influência para a forma que os enunciados produzidos. Sabemos que a relação entre os interlocutores, variando em grau de intimidade, determina o grau de formalidade de um texto.

Em literatura, a situação é ainda mais singular; posto que exista um jogo de relação entre os interlocutores na esfera das personagens, e também na relação entre escritor e leitor. Essa relação proveniente de um texto escrito é diferente daquela produzida em uma situação coloquial de fala, pois: “(...) há de se levar em conta, principalmente, que a forma do discurso literário dirige-se a um “leitor” e não a um “ouvinte”, com todas as implicações que o fato inarredavelmente acarreta.” (URBANO, 2000, p. 78)

O escritor possui uma ideia da condição sociocultural de seus leitores, fato que atua diretamente na escolha da linguagem a ser utilizada no texto. Desta maneira, um texto se molda com diferentes formas linguísticas conforme o público a que se destina: infantil, acadêmico, juvenil etc. Por outro lado, o leitor também possui a sua expectativa em relação ao escritor; já que geralmente se tem a ideia de que o escritor é aquele que “escreve bem”, que possui uma relação cultural privilegiada etc. Portanto, notamos que a leitura já se inicia antes mesmo da apreensão do texto escrito. Isso nos mostra como o processo de leitura se distancia da mera decodificação de signos linguísticos; os fatos interacionais nos revelam que, no ato da comunicação, há toda uma conjuntura social que precede e atua na recepção de uma produção textual.

A linguagem apresenta diversos graus de formalidade/informalidade, no entanto, para nosso propósito de distinção de características iremos utilizar a divisão tradicional entre *dialeto culto* e *dialeto popular* como as duas variantes que sintetizam as principais diferenças de usos linguísticos na sociedade. O dialeto culto, por ser algo mais elaborado, com planejamento temático e verbal prévio, está mais associado ao texto escrito, que se constrói de acordo com as regras da gramática cristalizadas como “bom uso”. Já o dialeto popular pode ser relacionado com a língua oral, ou seja, na fala das pessoas cotidianamente; nesta acepção, a língua é mais propícia a transformações e desvios da norma gramatical, pois sua preocupação se dá mais no âmbito da funcionalidade do que na construção linguística em si. Contudo, como ressalta Urbano (2000), estes dois pólos devem ser vistos como extremos de uma escala que admite gradações dos usos linguísticos, pois “*pode-se admitir outras gradações, como uma linguagem preciosa, de extrema elaboração, e uma vulgar, ligada ‘aos grupos extremamente incultos, aos analfabetos, aos que não têm contato algum com os centros civilizados’*” (op. cit. p. 82).

Na situação de comunicação, sempre existem – mesmo que virtualmente – pelo menos um emissor e um receptor. No entanto, a influência dos fatores presenciais dos interlocutores possui maior ou menor influência conforme a ocasião de comunicação. Em um texto escrito, por exemplo, em que o contato se dá não pela fala, mas pelos sinais gráficos, a reciprocidade na comunicação é menor do que numa situação coloquial de fala. Pois os tempos de produção e recepção do texto escrito não são simultâneos, o que na fala acontece num tempo só. Além disso, a presença física dos interlocutores somada aos fatores situacionais comum a ambos, na língua falada, lhes permite uma maior proximidade, dispensando um considerável número de informações, já que eles se encontram presentes naquele mesmo espaço; além disso, os falantes estão sujeitos a fatores como o comportamento emocional das pessoas. Na língua escrita não acontece a mesma coisa, pois como escritor e leitor não se comunicam em um ambiente comum, toda

a situação de comunicação deve ser criada pelo narrador através de torneios linguísticos a fim de suprir a ausência física de ambos em um espaço comum, em uma situação compartilhada pelos interlocutores.

De acordo com essas particularidades comunicativas, pode-se dizer que “*a língua falada, servindo-se de vários canais, transmite ao mesmo tempo mensagens não só contedísticas mas também pragmáticas.*” (URBANO, 2000. p. 86). Quando o linguista se refere a vários canais, ele se refere aos recursos paralinguísticos e extralinguísticos de que se vale uma situação coloquial, como: a entonação; o ritmo; a velocidade, enfim, todas as circunstâncias que auxiliam a comunicação verbal além dos signos linguísticos. Como já salientamos, tudo isso, no meio escrito, deve ser construído linguisticamente pelo autor.

Um dos principais diferenciais entre a língua falada e a escrita é o que diz respeito ao grau de planejamento de um texto. Na fala ocorre uma simultaneidade do pensamento com a expressão que o veicula, havendo um escasso grau de elaboração do texto transmitido, o que lhe dá um caráter emergente, como entende Urbano (2000. p. 88). Diferentemente, na língua escrita, o escritor dispõe do tempo que lhe for conveniente para moldar a expressão do que ele deseja transmitir, tanto o planejamento verbal quanto o temático contribuem para que o seu texto seja mais elaborado do que uma transmissão via oralidade.

Sabemos que toda comunicação pressupõe uma interação, sendo esta “*uma atividade linguística exercida tanto por aquele que fala no momento em que fala, quanto por aquele que ouve no momento em que ouve*” (op. cit. p.88). Tanto na fala quanto na escrita a interação está presente, embora que de formas diferentes, pois na enquanto na fala há uma interação mais direta, mais concreta; na escrita, a interação é mais abstrata. Vale lembrar que a interação não se resume na relação entre falante/ouvinte ou escritor/leitor, na realidade, este termo se refere também as relações entre os interlocutores com o tema (assunto) e com as dimensões sociais e cognitivas presentes na comunicação.

No geral, a língua escrita, apesar de não se valer dos meios extralinguísticos, dispõe de melhor condição para ser estruturada. Essa elaboração lhe dá um caráter mais objetivo e centrado no referente (conteúdo), almejando eliminar as marcas de personalidade no texto, que são freqüentes na situação da fala. Essa organização textual permite ao texto escrito uma organização mais clara dos tópicos discursivos, ou seja, “*aquilo acerca do que se está falando*” (URBANO, op. cit. p. 93). Na língua falada, os tópicos discursivos são mais penetrados pelas digressões tópicas, que desviam a atenção do falante para outros fatores situacionais, psicológicos, enfim, são mais permeáveis ao espaço biossocial em que se está inserido. Por essas razões, a língua escrita é vista como uma atividade mais refletida; e a fala, por seu caráter emergente, é percebida como algo irrefletido, informal.

Por fim, vale ressaltar que essas considerações não devem se levadas ao extremo; estamos nos valendo apenas da língua falada como expressão popular, informal; e da língua escrita como algo formal, estruturado e planejado, para comparar as características particulares acarretadas pelo meio linguístico e pelo grau de formalidade. No entanto, sabemos que podem existir situações em que a fala pode ser planejada (ex.: discursos políticos) e a escrita pode ser mais informal (ex.: uma carta para um amigo).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A interlíngua e forma de citação nos discursos do narrador e dos retirantes

No livro de Manuel de Oliveira Paiva, podemos observar como um autor se utiliza do repertório de sua língua para conjugar a realidade ficcional de sua narrativa com a realidade que é por ela representada. É conveniente ressaltar algumas informações acerca da obra, para termos ciência das bases de construção da narrativa em *Dona Guidinha do Poço*. O romance em questão, que é narrado em 3ª pessoa, apresenta algumas variações linguísticas que são perceptíveis à primeira leitura. Temos, de um lado, uma linguagem moldada de acordo com os padrões da linguagem culta, falada por quem teve acesso à educação e conseqüente aprendizagem das normas prescritivas do português; e, de outro, as enunciações diretas das personagens, que são representantes de classes sociais economicamente desprovidas da cultura letrada. Essas personagens estão inseridas no contexto nordestino de meados séc. XIX, cuja população estava muito ligada à zona rural.

De acordo com os conflitos privilegiados dos falares de uma língua, ou seja, o plurilinguismo interior, (MAINGUENEAU, 2006. P. 186) estacarei duas falas que apresentam características de variantes linguísticas do português: Antônio Silveira, que é um retirante, representando esta classe que migrava pelas regiões nordestinas nos períodos de seca em busca de sobrevivência, enfrentando dificuldades relativas ao clima e, além disso, a má reputação que sofriam perante os trabalhadores dos sítios, já que viam nos retirantes uns rivais que iriam baratear a mão-de-obra. E, por outro lado, a linguagem do narrador, que ao contrário da variante popular do retirante, mostra-se bem construída, almejando a objetividade da descrição dos ambientes, ou seja, “*um discurso narrativo que se propõe como neutro, capaz de absorver a diversidade social.*” (idem, op. cit. p. 187)

Linguagem narrativa: discurso citado e a idealização da supralíngua

A linguagem do narrador, como foi já mencionado, é a linguagem padrão do português. Diferentemente das personagens, cujas falas serão transmitidas diretamente, a voz do narrador não se confunde com os regionalismos latentes nos retirantes. Eis uma passagem em que o sertanejo é comentado pelo narrador:

“A *apregata*, aos sertanejos, lhes é tão indispensável como o cachimbo e a faca no quarto. Olha ele para a catinga, e vê dois cavaleiros apontarem no vaquejador. É raro ao sertanejo deixar de notar as pessoas que topa no caminho, o gado que vê pastando, e por aí além, com presteza e precisão. Lembra o mareante, no seu deserto de águas, a quem igualmente não escapa o menor batel que pinte ao alcance dos olhos nus” (PAIVA, 1892, p. 20)

Nesse trecho é possível destacar a inserção de uma forma popular no discurso culto do narrador. Note que ao se utilizar do termo “*apregata*”, o autor destaca em itálico a expressão. Essa forma de citação do discurso de outrem permite o narrador inserir expressões do falante no interior de sua narração. Esse recurso corresponde ao que Bakhtin (1988) denomina “*variante analisadora da expressão*”, nesta acepção, a palavra é valorizada como manifestação subjetiva e estilística enquanto expressão. O narrador deixa bem claro que aquele uso linguístico é um uso particular da língua, marcado pelos traços individuais daquele falante. Desta forma, se faz presente naquele uso linguístico uma variante linguística que concorre com outras variantes cultas. Portanto, o *plurilinguismo interior* de que nos fala Maingueneau (2006), no qual uma língua dispõe de um repertório que será utilizado de acordo com o aspecto sociocultural do falante, torna-se claro neste distanciamento do narrador com a expressão de seu personagem.

Como “*apregata*” é a ortografia mais próxima da pronúncia dos falantes regionais para *alpercata* ou *alpergata* (ambas dicionarizadas), Manuel de Oliveira Paiva escreve dessa forma para caracterizar os seus personagens como pessoas que se utilizam daquela linguagem, com uma pronúncia particular àquela região e diferente do que é prescrito pela sociedade culta (elite), assim, essa particularidade linguística não revela somente a pronúncia, como também possibilita o leitor a presumir a condição social do falante que se relaciona com aquele uso: os sertanejos. Nesse caso, a expressão do falante revela um traço de sua condição sociocultural.

De acordo com Urbano (2000), a língua popular tem a tendência de suprimir as formas oblíquas, substituindo-as por pronomes pessoais retos. Ex. “Emprestei-lhe o livro” por “Emprestei o livro a ele.”, constituindo um uso utilitário da língua, visto que a forma tida como desvio é mais funcional do que a prescrita pela norma. Esse desvio linguístico não faz parte da linguagem do narrador, pois sua linguagem se pretende clara e impessoal, distante de individualidades linguísticas; portanto, de acordo com o padrão estabelecido. O uso linguístico, nessa perspectiva, corresponde a *supralíngua* (*hiperlíngua*), no qual a racionalidade e a castidade linguística é preterida aos usos particulares do idioma.

Logo no início do exemplo dado, o pronome oblíquo “lhes” é utilizado corretamente, isto é, como objeto indireto da 3ª pessoa do plural. Se fosse algum de seus personagens falando, certamente a construção linguística seria diferente da prevista normativamente, devido à sua cultura e uso linguístico particular ao seu grupo.

Na passagem: “*Olha ele para a catinga*”, a primeira vista poder-se-ia, erroneamente, pensar que o pronome reto “ele” está funcionando como objeto direto do verbo “olha” (característica da fala popular, como já vimos), no entanto, vimos que há uma inversão sintática do núcleo do predicado para o início da oração, que transmitida na ordem direta assim ficaria: “*Ele olha para a caatinga*”, como sabemos, essa é a estrutura básica de uma oração (sujeito + predicado + complemento), esta seria a forma mais básica da construção desse enunciado. Não é sem razão que a língua oral tenha como característica a preferência pela ordem direta da frase. A inversão sintática é o recurso estilístico do autor que particulariza a sua linguagem, é uma característica que lhe permite criar o seu estilo. Isto é o que o diferencia da linguagem popular, pois de acordo com Urbano (2000), sabemos que no coloquial a sintaxe é a mais simplificada possível, dispensando torneios linguísticos de subordinação e períodos longos, pela preferência de orações simples, do ponto de vista formal, sem o excesso uso de conjunções subordinativas, que requerem uma maior complexidade e organização do pensamento.

A variedade linguística de uma classe desfavorecida: o plurilinguismo interior conjugado com os traços da hipolíngua.

Vimos como a linguagem do narrador se utiliza de recursos linguísticos característicos da norma padrão. Por outro lado, no romance, temos a classe dos retirantes, que, como sabemos, constitui uma classe social desfavorecida socialmente, cuja condição é refletida pela linguagem estigmatizada como “uso descuidado do idioma” e como se a sua fala não possuísse regularidades (sistematicidade). Fato este que foi desmentido pela Linguística Moderna, na qual a objetividade da descrição permitiu a revelação de regularidades nas falas populares.

A tentativa de Manuel de Oliveira Paiva de caracterizar fielmente a oralidade desse grupo social não é uma tarefa fácil, o canal linguístico é outro e as condições de comunicação, tais como o contato entre os interlocutores, são bem diferentes na fala e na escrita. Pretti (1994, p.95) sintetiza bem esse problema:

“Ao tentar, pois, descrever o ato falado, esbarra o escritor com esse primeiro entrave. Se quiser superá-lo (...) encaminhará certamente para uma ortografia fonética individual, nem sempre uniforme e razoável, que poderá até impedir a compreensão do leitor, habituado à transcrição convencional dos signos sonoros.”
(Pretti *apud* Urbano, 2000. p.130)

Se por um lado, o escritor demonstra conhecimento da variante popular, ele também não sistematiza essa transposição para a escrita, deixando escapar alguns equívocos no tocante à regularidade do uso popular da língua. No entanto, deve-se reconhecer que não é tarefa fácil representar uma situação de oralidade através da escrita, afinal o canal é outro, ao invés da audição, recorre-se à visão, os implícitos não são de inteiro conhecimento do leitor, entre outros fatores comunicativos particulares de cada canal linguístico. Outro fato que dificulta a transmissão escrita do *plurilinguismo interior* recorrente de um grupo social, é que esse uso particular da língua vem conjugado com traços da hipolíngua, ou seja, aquela que *“está voltada para uma origem que seria uma ambivalente proximidade do corpo, pura emoção”* (MAINGUENEAU, 2006. p. 191); desta forma, alguns recursos que o falante se utiliza para reforçar a sua comunicação só são viáveis na enunciação concreta. Por isso que a escrita enfrenta sérias restrições na transmissão do discurso coloquial.

Veremos uma situação conversacional presente no romance *Dona Guidinha do Poço* entre o retirante Antônio Silveira e a sua mulher ao reconhecerem o *seu Damião*, que é o patrão da fazenda:

(ele) - Ai, *home!* *Apois* querem vê que é ele mesmo, minha gente! E nem me conheceu!

(ela) - Pois ele havera de *lhe* reconhecer assim como nós estamos? Vai lá, Toinho, pode ser que até ele *nos* deixe *ficá* aqui nas terras dele, *inquanto* não chove.

(ele) - Eu, não, mulher. Não vou me *apresentá* aos *homes* assim nesta miséria desgraçada. (PAIVA, 1892, p. 20, grifos do autor)

Algumas características da oralidade são bem latentes nos discursos das personagens. Estes desvios gramaticais constituem a *variante linguística interior* de que falamos anteriormente de acordo com Maingueneau (2006), ou seja, dentre as inúmeras possibilidades que a língua oferece para as construções do enunciado, o escritor seleciona aquela que mais se aproxima da realidade a que sua obra se refere. Sabemos a pronúncia é uma característica perceptível de diferenças nos usos da língua. No entanto, outros aspectos merecem observação, principalmente aqueles que dizem respeito à *hipolíngua (infralíngua)*, nesta acepção, como já salientamos com Maingueneau (2006, p. 191), a fala encontra-se mais próxima ao interior do falante, ao seu corpo; a emoção que ele passa através da linguagem provém de fatores extralinguísticos que estão ligados à sua subjetividade. A entonação é um dos principais meios por que se vale o falante para atingir o efeito pretendido da sua fala, pois uma mesma oração pode adquirir sentidos totalmente diferentes conforme o modo como o falante a fala.

Note-se como a presença das exclamações é mais presente nesse texto dos retirantes do que no citado anteriormente referente ao narrador. Essa força de entonação é uma característica da língua falada, que é mais expressiva e na qual o falante está mais propício expor a sua subjetividade de forma imediata, Urbano (2000, p. 107) afirma que:

“a entonação é bastante matizada. A entonação, como os demais traços supra-segmentais, não tem codificação suficiente na escrita, embora ninguém desconheça seu importante, e, por vezes decisivo, papel na linguagem oral.”

Assim, torna-se impossível para o escritor transmitir o tom da frase, o ritmo real com que ela foi proferida, visto que a pontuação que utilizamos na ortografia é muito limitada para representar a fala concreta do falante.

São nos aspectos fonéticos que se encontram a maior incidência de particularidades linguísticas de um idioma. Diferentemente da escrita, em que as palavras são delimitadas por espaços, a fala se dá numa cadeia sonora contínua, deste modo, as palavras são pronunciadas de acordo com o encadeamento dos sons, se distanciando das formas escritas. Por exemplo, a junção do som da letra “s” com outra palavra iniciada por vogal (ex. nós estamos – “nóz’estamos”) é comum na fala, mas não é correspondida na escrita, mantendo-se separada.

Alguns exemplos grifados no diálogo nos dão a ideia de como o modo de falar daquelas pessoas se distanciam da grafia normativa das palavras: ex. “home” por “homens”; “vê” por “ver”; “ficá” por “ficar”, “inquanto” por “enquanto” etc. Algumas regularidades podem ser sistematizadas nessas variedades, confirmando a hipótese linguística de que nenhuma língua é superior à outra, o que as diferencia é apenas o prestígio de quem as fala. A supressão do “r” final das formas infinitivas dos verbos é uma característica da variedade popular e sua regularidade não pode ser negada, já que acontece com todos os verbos no infinitivo.

CONCLUSÕES

Como uma análise linguística, temos ciência das defasagens que a escrita impõe na transcrição dos enunciados concretos; após todas as considerações acerca da importância dos meios de transmissão da linguagem, seria incoerente esperar na escrita um correlato fiel da linguagem falada. Ademais, vale ressaltar que na literatura, o escritor tem, antes de tudo, um objetivo estético perante o seu texto, pois ciente da recepção de sua obra, ele sabe que o público não vai esperar uma documentação fiel da linguagem marginalizada. No entanto, o *corpus* que o romance nos oferece é passível de uma abordagem linguística, pois é justamente através dessa exploração literária da fala popular que podemos buscar onde estão as principais variedades dos usos linguísticos, saber até que ponto o uso da linguagem encontra-se associado com a realidade sociocultural daquele falante e, também, como a sociedade encara aquele modo de falar particular de grupos tidos como à margem da cultura letrada.

Sobre essa questão, nos diz Urbano (opus. cit., p. 110) que:

“... por mais que um escritor pretenda reproduzir fielmente a língua oral, prosodicamente falando, no seu texto escrito, seu propósito estará destinado à frustração; quando não, seria de efeito duvidoso, em vista da enorme dificuldade para vencer a tradição escrita do leitor.”

Este é precisamente o desafio do escritor cearense. Para a sua época, essa valorização das variedades linguísticas foi uma inovação que viria a ser explorada pelos autores das épocas posteriores. No entanto, não podemos afirmar que as falas representadas pelos discursos diretos, no romance, representam fielmente a forma como aquelas pessoas falavam nas situações reais de conversação. Aliás, essa tarefa é inconcebível, visto que são dois canais diferentes: um sonoro outro visual. O que o autor pode fazer é se aproximar o máximo possível desses falares, enfrentando os limites que a escrita lhe impõe, para reproduzir coerentemente uma variedade linguística (conforme o plurilinguismo interior), de acordo com os fatores de suas variantes.

AGRADECIMENTOS

Ao CNPq pela bolsa de Iniciação Científica; ao meu orientador, o Prof. Dr. Aloisio Medeiros Dantas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, Mikhail (Volochinov). *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1988.

MAINGUENEAU, Dominique. *Discurso Literário*. São Paulo: Contexto, 2006.

PAIVA, Manuel de Oliveira. *Dona Guidinha do Poço*. 3ª Ed. São Paulo: Ática, 1999.

URBANO, Hudinilson. *Oralidade na literatura (o caso Rubem Fonseca)*. São Paulo: Cortez, 2000.